



Vai à sanção Médicos pelo Brasil, que poderá recontratar cubanos

Criado em substituição ao Mais Médicos, programa oferece cuidados à saúde em locais afastados ou com população vulnerável. Iniciativa será conduzida por nova agência

A medida provisória que criou o Programa Médicos pelo Brasil, em substituição ao Mais Médicos, foi aprovada ontem no Plenário e segue para sanção. Relatado pelo senador Confúcio Moura, o texto aprovado permite a recontração dos médicos cubanos que estavam em atuação no Brasil no dia 13 de novembro de 2018 e que tenham permanecido no país após o rompimento do acordo entre Cuba e a Organização Pan-Americana de Saúde, que intermediava a contratação dos cubanos. O programa será conduzido pela Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde. **3**



Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, cumprimenta Davi Alcolumbre, entre os senadores Lucas (E), Heinze, Marcos Rogério, Tasso e Confúcio (D)

Congresso derruba 7 vetos presidenciais e mantém 2

Em sessão conjunta ontem, parlamentares derrubaram sete vetos presidenciais e mantiveram dois. Entre os derrubados, estão o veto a projeto que garante aten-

dimento de psicólogos a alunos da rede pública da educação básica e o a texto que obriga profissionais de saúde a comunicarem à polícia indícios de violência

contra a mulher. A sessão foi encerrada sem a conclusão da pauta. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, marcou nova votação para terça-feira. **4 e 5**



A sessão foi encerrada sem a conclusão da pauta por discordância sobre as cédulas usadas para as votações

Aprovada aplicação do Revalida por escolas privadas

A revalidação de diplomas de medicina expedidos por universidades estrangeiras poderá ser oferecida por faculdades com nota 4 ou 5 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Antes só escolas públicas poderiam revalidar os diplomas. O projeto agora segue para análise presidencial. **3**

Fake news começaram nas eleições de 2014, diz especialista

A divulgação de notícias falsas não ocorreu somente a partir das eleições de 2018 e vem aumentando significativamente, gerando preocupação com as instituições e a democracia. O alerta foi feito ontem por Marco Aurélio Ruediger, da Fundação Getúlio Vargas, em reunião na CPI Mista das Fake News. **8**

Chega ao Senado conversão da Embratur em serviço social

De cada nove brasileiros, um é diabético, afirmam debatedores

Senadores querem que proposta do Senado sobre 2ª instância avance

Colegiado vota na terça-feira nova estrutura da carreira militar

Oposição cobra explicações de Paulo Guedes sobre menção a AI-5

Senadores de oposição, entre eles Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Humberto Costa, repudiaram fala de ontem do ministro da Economia. Contarato disse que representou contra Guedes na Comissão

de Ética da Presidência da República e Rogério requereu à Comissão de Assuntos Econômicos a convocação do ministro. Fernando Bezerra Coelho disse que fala de Paulo Guedes foi retirada de contexto e distorcida. **3**



Randolfe, ao lado de Contarato e Humberto: os três criticaram Guedes

Antônio Figueira/Núcleo de Imagem/CSF



Participação em olimpíadas escolares, cidadania e destinação de milhas são temas dos projetos aprovados

Jovens senadores discutem suas sugestões legislativas

Os estudantes que participam do Projeto Jovem Senador apresentaram suas propostas ontem às comissões que formaram. Se aprovadas em colegiado do Senado, tramitarão como projetos de lei

TRÊS SUGESTÕES LEGISLATIVAS foram apresentadas ontem pelos estudantes que participam do Projeto Jovem Senador. As propostas devem ser votadas hoje nas três comissões temáticas, que receberam o nome de Cecília Meireles, Nísia Floresta e Sobral Pinto. Se aprovadas, o Plenário dará o voto final sobre cada uma delas amanhã. Tramitarão como projetos de lei as sugestões acolhidas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A primeira sugestão, da Comissão Cecília Meireles, obriga o poder público a promover e incentivar a participação de estudantes de escolas públicas em concursos, olimpíadas de conhecimento e competições esportivas.

A proposta da Comissão Nísia Floresta destina as milhas concedidas pelas companhias aéreas na compra de passagens com recursos públicos ao pagamento de passagem ou hospedagem de estudantes e professores que participarem de jogos escolares, feiras e eventos científicos, cursos

de capacitação e olimpíadas escolares.

Já a Comissão Sobral Pinto propõe o Minuto da Cidadania nas emissoras de rádio e TV e na internet. Seriam vídeos e áudios produzidos pela Defensoria Pública da União, sobre os direitos e garantias previstos na Constituição.

Concursos

Julio Cesar Marques de Oliveira (RJ) defendeu a proposta da Comissão Cecília Meireles na Sobral Pinto. Ele usou o exemplo da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) para dizer que o incentivo à participação nesse tipo de evento pode mudar a vida de estudantes. Julio já recebeu menção honrosa da Obmep.

— Além de incentivar o aluno a gostar mais da matemática, a Obmep proporciona ao aluno que ganha uma medalha a oportunidade de fazer iniciação científica enquanto está no ensino médio. Ele também recebe uma bolsa e estuda matemática avançada.

Isabela Pradebon da Silva

(RS) defendeu o Minuto da Cidadania na Comissão Nísia Floresta, que dará parecer sobre a sugestão. Ela disse que um dos maiores problemas hoje é a falta de conhecimento da Carta.

— A gente pensou em divulgar nas emissoras, a cada seis horas, um vídeo de trinta segundos a um minuto em linguagem que todo munda entenda. Os vídeos teriam tradução em Libras, sempre lembrando do respeito à diversidade e dos direitos das minorias.

Milhas

Suzanny Dias Kuhlmann (DF) lembrou à Comissão Cecília Meireles que as milhagens obtidas com recursos públicos são revertidas em passagens para o servidor, o que é injustificável, afirmou.

— Essa sugestão legislativa é importante porque vai dar oportunidade a estudantes e professores que não têm condições financeiras para participar de projetos escolares e acadêmicos que beneficiarão o desenvolvimento deles.

Alemanha e Brasil debatem direito ambiental

As Comissões de Relações Exteriores e de Meio Ambiente realizam hoje um seminário sobre direito ambiental no Brasil e na Alemanha. O objetivo do evento, com autoridades e especialistas dos dois países, é comparar experiências,

levando em conta desafios como as mudanças climáticas e o comércio internacional.

A audiência foi pedida pelos presidentes da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS), e da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES).

Entre os convidados, estão

o embaixador da Alemanha no Brasil, Georg Witschel, e o ministro Peter Wusk, do Superior Tribunal de Justiça da Alemanha, além do presidente do STJ, João Otávio de Noronha, e do ministro Herman Benjamin, também do STJ.

Importância do Censo 2020 é tema de audiência hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove hoje às 10h uma audiência pública sobre a importância do Censo 2020. O IBGE realiza o recenseamento demográfico a cada dez anos e o próximo está programado para o ano que vem.

De acordo com o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que sugeriu o debate, a realização do Censo 2020 enfrenta uma série de dificuldades.

— O IBGE se encontra, já há alguns anos, em quadro de precariedade de pessoal e de infraestrutura, dificultando a

preparação e o planejamento de uma operação de grande porte, como o censo demográfico, que visitará 70 milhões de domicílios — disse.

A presidente do IBGE, Susana Cordeiro Guerra, está entre os convidados.

Da Agência Câmara

MP reformula Embratur e cobra mais IR em remessas ao exterior

Uma medida provisória publicada ontem reformula a Embratur, que deixa de ser a autarquia Instituto Brasileiro de Turismo para virar Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo, com status de serviço social autônomo — o mesmo dos integrantes do Sistema S (Senai, Sebrae e Senac, entre outros) — e personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública.

Apelidada de A Hora do Turismo, a MP 907/2019 prevê que a Embratur receberá 15,75% das alíquotas das contribuições sociais pagas ao Sistema S. A medida também transfere contratos da

autarquia para o Ministério do Turismo e devolve bens móveis e imóveis ao patrimônio da União.

Na reestruturação da Embratur, foram exonerados e dispensados ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança. O texto prevê a contratação do quadro efetivo por meio de edital. Os novos funcionários serão regidos pela CLT.

A MP também aumenta o Imposto de Renda de remessas de até R\$ 20 mil ao exterior para cobrir gastos de viagens. A alíquota atual, de 6%, venceria no final do ano. O reajuste será anual: 7,9% em 2020, 9,8% em 2021, 11,7% em 2022, 13,6% em 2023 e 15,5% em 2024.

Plenário faz homenagem aos 25 anos da Advocacia do Senado

O Senado homenageou ontem, em sessão especial, os 25 anos da Advocacia do Senado Federal (Advosf). A homenagem foi requerida pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre. E a sessão, presidida pelo primeiro vice-presidente do Senado, Antonio Anastasia.

O advogado-geral do Senado, Fernando Cunha, destacou que a Advosf tem entre as atribuições defender as prerrogativas parlamentares e, por isso, funciona como instrumento de proteção da democracia. Já o procurador-geral da República, Augusto Aras,

disse que a Advosf defende o Estado democrático de direito e os direitos e garantias fundamentais.

O advogado-geral da União, André Luiz Mendonça, ressaltou a atuação conjunta da AGU com a Advosf. E a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, disse que a Advocacia faz com que a administração da Casa esteja baseada sobre os pilares da legalidade, da eficácia e da eficiência.

Os presidentes da OAB, Felipe Santa Cruz, e da OAB-DF, Délio Lins e Silva Júnior, também participaram da sessão.



Aras, Anastasia, Mendonça, Santa Cruz e Cunha durante a sessão

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CRE/CMA Direito ambiental
9h Seminário O Estado de Direito Ambiental: realidade e perspectivas no Brasil e na Alemanha.

CMO Censo populacional
10h Debate sobre o Censo 2020.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
11h Discursos e avisos da Mesa.

CTFC Estatuto da Segurança Privada
14h30 Audiência pública sobre o SCD 6/2016, que institui o Estatuto da Segurança Privada.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Médicos pelo Brasil poderá reincorporar cubanos

Programa substitui o Mais Médicos, criado para oferecer cuidados em saúde em locais afastados ou com população vulnerável. Iniciativa será conduzida por agência de atenção primária à saúde

O PLENÁRIO APROVOU ontem a criação do Programa Médicos pelo Brasil, que substitui o Mais Médicos, criado em 2013 com o objetivo de ampliar a oferta de serviços médicos em locais afastados ou com população vulnerável. O projeto de lei de conversão (PLV 25/2019) segue para análise presidencial. O texto é oriundo da Medida Provisória (MP) 890/2019, aprovada na terça pela Câmara e que perderia a vigência amanhã.

A principal novidade da proposta, cujo relator no Senado foi Confúcio Moura (MDB-RO), é a reincorporação dos médicos cubanos ao programa por mais dois anos. Poderão pedir a reincorporação aqueles que estavam em atuação no Brasil no dia 13 de novembro de 2018 e tenham permanecido no país após o rompimento do acordo entre Cuba e a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), que intermediava a participação dos cubanos no programa.

Outra condição é que o profissional tenha permanecido até a data de publicação da MP 890/2019 (1º de agosto), como naturalizado, residente ou com pedido de refúgio.

De acordo com a MP, os locais em que há dificuldade para manter médicos são municípios com população pequena, baixa densidade demográfica e grande distância de centros urbanos. Também são considerados de difícil provimento os distritos sanitários especiais indígenas e comunidades ribeirinhas. O texto de Confúcio Moura inclui nesse grupo os quilombolas e as localidades atendidas por unidades fluviais de saúde.

Já os locais de vulnerabilidade alta são as cidades com grande proporção de pessoas cadastradas nas equipes de saúde da família e que recebem o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou outros benefícios previdenciários de até dois salários mínimos.

— Esse PLV está acima das ideologias, acima dos partidos, dos interesses, porque é um acordo federativo importante, que vai ajudar os municípios, os estados necessitados, a incorporarem médicos pagos pelo Orçamento sem impacto nas folhas de salário das prefeituras — ressaltou Confúcio.

Uma das diferenças em relação ao Mais Médicos é que o novo programa será conduzido por uma agência criada pelo Executivo. A Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps) poderá desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão na área médica e executará o programa, contratando os médicos, realizando convênios com órgãos e entidades públicas e privadas, e promovendo o desenvolvimento e a incorporação de tecnologias assistenciais e de gestão.

A agência poderá contratar médicos de família e tutores por meio de processo seletivo público. Do tutor, será exigida especialidade em medicina de família e comunidade ou em clínica médica. Para o médico, além da prova escrita, haverá curso de formação, com duração de dois anos, e prova final escrita.

O texto prevê aumento de gratificação para servidores médicos da carreira da Previdência, da saúde e do trabalho. O aumento será de cerca de R\$ 1,5 mil e é equivalente à gratificação de maior valor paga a profissionais não médicos dessa carreira.

Com Agência Câmara

Oposição quer convocar Guedes para explicar fala sobre AI-5

Senadores da oposição criticaram ontem no Plenário a fala do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre um novo Ato Institucional 5 (AI-5). Fabiano Contarato (Rede-ES), Rogério Carvalho (PT-SE), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Humberto Costa (PT-PE), entre outros, repudiaram a declaração.

Contarato representou no Conselho de Ética da Presidência da República contra o ministro.

— Nós já temos uma violação total de direitos e agora não estão querendo respeitar a espinha dorsal do Estado democrático de direito.

Rogério disse que a liderança do PT requereu à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que o ministro seja convocado a dar explicações. Randolfe, por sua vez, lembrou que o ministro lecionou no Chile

durante a ditadura Augusto Pinochet e disse apoiar o requerimento.

Humberto Costa acrescentou que a política econômica do governo Bolsonaro tem gerado sofrimento, desigualdade, volta da fome e que o presidente, sabendo que a população vai cobrar essa conta, quer desde agora ameaçar o povo.

No entanto, segundo o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), a fala do ministro foi retirada de contexto. Rodrigo Pacheco (DEM-MG) também saiu em defesa de Guedes:

— Em hora nenhuma o ministro disse que defende a retomada ou a reedição de um AI-5. Houvesse um traço de intenção de invocar o AI-5 eu estaria aqui a assinar qualquer manifesto de repúdio, mas não vi na fala dele essa intenção.

É inadmissível, afirma Davi sobre declaração de ministro

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, lamentou ontem no Twitter a declaração do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a possível edição de um novo AI-5 (Ato Institucional número 5, de dezembro de 1968, que suspendeu garantias constitucionais e aprofundou a ditadura) em caso de haver protestos violentos no país, como ocorre no Chile.

“Nós vivemos tempos em

que as instituições brasileiras têm que ser preservadas. É inadmissível, a todo momento, uma declaração, que remonta ao passado triste da nossa história, como o retorno do AI-5, vir à tona. O caminho para a prática da democracia é o respeito ao país”, afirmou.

Na terça-feira, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do STF, Dias Toffoli, já haviam criticado o comentário do ministro.



Ao lado de Humberto, Braga conversa com o relator, Confúcio Moura

Faculdade privada poderá aplicar o Revalida

O Plenário aprovou ontem novas regras para o Revalida, exame de revalidação de diplomas de medicina expedidos por universidades estrangeiras. O projeto (PL 6.176/2019) agora vai para análise presidencial.

Pela sistemática prevista, tanto faculdades de medicina privadas quanto públicas poderão revalidar os diplomas dos candidatos aprovados, e não somente as públicas, como é a regra geral para qualquer diploma expedido no exterior. Para participar, contudo, as instituições precisarão ter curso de medicina com nota 4 ou 5 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Além disso, as provas de revalidação passarão a ser aplicadas duas vezes por ano.

Atualmente, não há periodicidade fixa. A última vez foi em 2017.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) apoiou o projeto:

— A aprovação permitirá que milhares de brasileiros tenham acesso ao registro nos conselhos de medicina. E isso dará acesso aos serviços médicos a milhões de brasileiros das Regiões Norte e Nordeste.

Os médicos formados no exterior que quiserem revalidar o diploma no Brasil passarão por uma prova teórica e um exame de habilidades clínicas. A mesma prova será aplicada por todas as escolas médicas participantes do Revalida.

Pelo sistema atual, os médicos formados no exterior que desejam revalidar seus diplomas no Brasil passam por um complexo processo

que inclui a apresentação de currículos e históricos escolares e a participação em aulas de disciplinas consideradas faltantes. Só depois disso se submetem às provas.

As taxas também terão regras. O valor da prova teórica a ser cobrado dos inscritos não poderá ser superior a 10% da bolsa mensal do médico residente. O valor do exame de habilidades clínicas será limitado a 100% da bolsa do residente. O Revalida será implementado pelo governo e acompanhado pelo Conselho Federal de Medicina.

O projeto é um substitutivo da Câmara a texto inicial do Senado. Por causa das alterações feitas pelos deputados, teve de voltar para os senadores. O projeto foi para o Plenário em regime de urgência.

Braga comemora limite aos juros do cheque especial

O líder do MDB, Eduardo Braga (AM), anunciou ontem que o Banco Central vai limitar os juros do cheque especial a 8% ao mês a partir de 2020. A resolução passa a valer em janeiro, para contas novas, ou em junho, para contas já abertas.

— Ninguém usa o cheque especial porque quer. Usa porque precisa, para comprar um remédio, pagar um exame, socorrer a compra do supermercado — disse o senador.

A medida entra em vigor no dia 6 de janeiro. Os contratos bancários firmados antes dessa data terão que se adequar às novas regras a partir de 1º de junho.

Eduardo Gomes elogia esforço do ministro da Saúde

Eduardo Gomes (MDB-TO), líder do governo no Congresso, destacou ontem o esforço do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta — presente no Plenário — para a aprovação pela Câmara dos Deputados, na terça-feira, da medida provisória que cria o Programa Médicos pelo Brasil.

— Somente com a sua responsabilidade e sensibilidade foi possível esse grande acordo ser costurado, para que a gente tenha no ano de 2020 um país com uma saúde muito melhor — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Congresso Nacional derruba sete vetos presidenciais e mantém dois

Sessão de ontem foi encerrada sem terminar a análise da pauta, após parlamentares usarem cédula de votação diferente da que havia sido definida em acordo de líderes partidários, o que gerou impasse. Presidente do Senado, Davi Alcolumbre marcou nova reunião conjunta para terça-feira

SENADORES E DEPUTADOS derrubaram na sessão de ontem do Congresso sete vetos presidenciais, entre eles parte dos dispositivos barrados da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 (Lei 13.898, de 2019). Na sessão também foram mantidos dois vetos — ao projeto que previa a emissão eletrônica da Carteira de Trabalho e Previdência Social (PLS 466/2013) e ao que instituiu a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética (PLC 133/2017).

Dois outros vetos — um à política de desenvolvimento e apoio às mulheres marisqueiras, outro à proposta sobre regras partidárias e eleitorais — tiveram textos destacados para apreciação em separado, totalizando três destaques.

Um dos vetos derrubados foi o veto integral ao PLS 231/2012, que reserva pelo menos 30% dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa da Saúde para o desenvolvimento de medicamentos, vacinas e terapias para doenças raras ou negligenciadas pela indústria farmacêutica.

Também foram derrubados vetos à proposta que garantia atendimento por profissionais de psicologia e serviço social aos alunos das escolas públicas de educação básica e ao projeto que obrigava os profissionais de saúde a registrarem no prontuário médico da paciente e comunicar à polícia indícios de violência contra a mulher.

Dos 202 dispositivos vetados pelo presidente Jair Bolsonaro na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020 (Lei 13.898, de 2019), 3 foram derrubados. Um deles foi o que proibia a transferência de recursos públicos a



Entre os vetos derrubados por senadores e deputados, está parte de dispositivos barrados pelo presidente da República à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020

entidades não governamentais. A sessão foi encerrada sem finalizar a análise dos vetos presidenciais que estão na pauta. Os vetos pendentes de votação voltarão à pauta na terça-feira. No mesmo dia, mais cedo, haverá uma nova reunião de líderes para fechamento de acordo.

Vetos mantidos

O objetivo da CTPS eletrônica, vetada pelo presidente Jair Bolsonaro, era criar um “documento facultativo e opcional”, uma vez

que sua emissão dependeria apenas de requerimento escrito do trabalhador. Na justificativa do veto, o Palácio do Planalto afirmou que o PLS 466/2013 contrariava o interesse público e a Lei 13.874, sancionada em setembro, que instituiu a Declaração de Liberdade Econômica. A nova legislação autoriza a emissão da CTPS eletrônica apenas “quando houver alguma justificativa”.

Outro veto mantido, o parcial ao Projeto de Lei da Câmara

(PLC) 133/2017, estabelecia como uma das diretrizes da Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética, a oferta de exames de glicemia capilar ou outros de fácil realização e leitura imediata nas unidades de saúde. Ao vetar o trecho, o governo afirmou que o dispositivo criava uma despesa obrigatória ao poder público sem indicar a fonte de custeio e o impacto orçamentário e financeiro até 2021.

O projeto foi transformado na Lei 13.895 e prevê a realização de campanhas de divulgação e conscientização sobre a importância e a necessidade de medir regularmente os níveis glicêmicos e de controlá-los. Além disso, estabelece diretrizes da política nacional, como a universalidade, a integralidade, a equidade, a descentralização e a participação da sociedade na definição e no controle das ações e dos serviços de saúde. Um impasse sobre a cédula



Senadores debatem os vetos na sessão, encerrada sem a conclusão da pauta

Descrição	Resultado
Veto Total nº 34, de 2019	Mantido
Veto Parcial nº 35, de 2019	1 Mantido / Rejeitado: 37 Destacado
Veto Total nº 36, de 2019	Rejeitado
Veto Total nº 37, de 2019	Rejeitado
Veto Total nº 38, de 2019	Rejeitado
Veto Parcial nº 39, de 2019	Mantido
Veto Parcial nº 40, de 2019	Mantido
Veto Parcial nº 41, de 2019	Rejeitado
Veto Parcial nº 42, de 2019	Rejeitado
Veto Parcial nº 43, de 2019	199 Mantidos / Rejeitado
Veto Pa... de 2019	Destacado

Painel de votações do Plenário indica os vetos rejeitados e os mantidos

usada para a votação dos vetos levou ao encerramento da sessão pelo presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre. Deputados apontaram o descumprimento de um acordo de lideranças que provocou a manutenção de vetos que, segundo eles, deveriam ter caído.

Cédula

Parte dos parlamentares votou em cédula diferente da que havia sido definida pelos líderes partidários. Com isso, vetos a

trechos do projeto da LDO para 2020 permaneceram.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, lamentou o impasse e afirmou que a desobediência ao procedimento estabelecido é uma postura “inadmissível”.

— Foi um absurdo o que aconteceu. Os líderes fizeram um acordo e, infelizmente, quando a gente abre o painel, não se cumpriu o que se combinou. Diante de um entendimento de que todo o Congresso estava contemplado, era

necessário cumprir — criticou.

O teto para honorários na Advocacia Geral da União (AGU), a manutenção de verbas para o Censo 2020 e a garantia de reposição integral de recursos de 2019 em 2020 para saúde e educação foram os itens que permaneceram vetados apesar da disposição dos partidos para derrubá-los, segundo os deputados Marcel van Hattem (Novo-RS) e Bohn Gass (PT-RS).

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), afirmou que o engano será corrigido por meio de projetos de lei enviados pelo Executivo para tratar desses pontos. Os textos deverão estar prontos para votação até o início da próxima semana. Antes de serem analisados pelo Plenário do Congresso, eles precisarão passar pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Três dispositivos destacados de vetos ainda precisam ser votados, e há acordo para que todos sejam derrubados — dessa forma, esses conteúdos seriam incorporados às respectivas leis. Dois deles tratam da reforma partidária e eleitoral de setembro (Lei 13.877, de 2019): a permissão para que partidos paguem multas, dívidas e sanções com recursos do fundo partidário e a retomada das propagandas partidárias gratuitas no rádio e na TV.

O terceiro destaque que deve ser derrubado pertence à política de apoio às mulheres marisqueiras (Lei 13.902, de 2019) e garante preferência ao pagamento de indenização às marisqueiras que ficaram impossibilitadas de exercer sua atividade na hipótese de desastres ambientais provocados ou não por ação humana em áreas de manguezais.

Orçamento deve ser votado em 17 de dezembro, afirma Davi

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, confirmou que o Orçamento para 2020 deve ser votado em 17 de dezembro, às vésperas do recesso parlamentar do fim do ano. A Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano que vem tramita como PLN 22/2019.

Davi também disse que na sessão de terça-feira senadores e deputados devem votar 24 projetos de lei do Congresso, além da análise dos vetos presidenciais que ficaram pendentes. O primeiro item a ser analisado, de acordo com Davi, será o veto que trata de mudanças partidárias e eleitorais. Esse veto teve sete dispositivos derrubados ontem pelos parlamentares, mas ainda falta a votação de outros 37 itens.

Um dos dispositivos rejeitados pelos congressistas, que agora será incorporado à Lei 13.877, pode abrir caminho para o aumento dos recursos previstos para o financiamento público das campanhas eleitorais de 2020, atualmente estimados em cerca de R\$ 2,5 bilhões.

Davi disse que sempre foi

contra o financiamento público, preferindo o aperfeiçoamento do sistema de financiamento privado, e afirmou que a questão será definida pelo conjunto do Parlamento.

O presidente do Senado afirmou ainda que na reunião de líderes que ocorrerá na terça-feira, antes da sessão do Congresso, também será debatida a questão dos recursos públicos destinados às campanhas para as eleições de 2020.

Outro assunto que será discutido no encontro é o Programa Verde e Amarelo, criado pela MP 905/2019, que promove dezenas de mudanças na legislação trabalhista. Davi informou que pediu à Consultoria e à Advocacia do Senado estudos técnico e jurídico sobre a medida, para entender quais mudanças promovidas ferem a legislação brasileira e quais são realmente de competência do Executivo. Ele citou como exemplo a cobrança de contribuição previdenciária das pessoas que recebem seguro-desemprego. Davi afirmou que todos os líderes que ele consultou são

contra a alteração.



Segundo Davi, na terça-feira também serão votados projetos do Congresso

Governo deverá oferecer psicólogos em escolas

Um dos vetos derrubados ontem pelo Congresso foi o veto integral à proposta que garante atendimento por profissionais de psicologia e serviço social aos alunos das escolas públicas de educação básica. Com a decisão, volta a valer o texto do PLC 60/2007 aprovado em setembro. A nova norma será promulgada pela Presidência da República.

Pela proposta, equipes com esses profissionais deverão buscar a melhoria da aprendizagem e das relações entre alunos, professores e a comunidade escolar. O texto ainda estabelece que, quando houver necessidade, os alunos deverão ser atendidos em parceria com profissionais do SUS.

Depois de ouvir os Ministérios da Saúde e da Educação, a Presidência vetou o projeto, argumentando que a proposta cria despesas sem indicar a respectiva fonte de custeio ou demonstrar o impacto orçamentário e financeiros, o que viola a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Saúde terá que registrar agressão a mulher

Outro veto integral derrubado foi ao projeto que obriga os profissionais de saúde a registrar no prontuário médico da paciente e comunicar à polícia indícios de violência contra a mulher. Aprovada em setembro na forma do PL 2.538/2019, a proposta altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) para criar a notificação compulsória, em todo o território nacional e no prazo de 24 horas, para que, além de serem tomadas as providências, haja o registro para fins estatísticos.

De acordo com a mensagem presidencial, o projeto contraria o interesse público, ao determinar a identificação da vítima, mesmo sem o seu consentimento e ainda que não haja risco de morte, mediante notificação compulsória para fora do sistema de saúde. No entendimento do governo, a medida “vulnerabiliza ainda mais a mulher, tendo em vista que, nesses casos, o sigilo é fundamental para garantir o atendimento à sua saúde sem preocupações com futuras retaliações do agressor”.

Vítimas de violência terão divórcio acelerado

Um dos vetos parciais não acatados ontem rejeitava três itens do PL 510/2019, que manda encaminhar a mulher em situação de violência doméstica ou familiar à assistência judiciária. Agora, todo o texto aprovado pelo Congresso estará na lei. Um dos itens vetados permite a ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Outros dois dispositivos retomados foram o que exclui da competência desses juizados questões relativas à partilha de bens e o que garante prioridade na tramitação de ações de divórcio e dissolução de união estável caso a violência tenha ocorrido após a entrada da ação.

A intenção do projeto é facilitar a ação para a vítima, ao concentrar decisões em um único juizado, uma vez que o juiz provavelmente já estará envolvido com questões como pensão e guarda dos filhos. Para o governo, no entanto, a mudança comprometeria a rapidez desses juizados em garantir as medidas protetivas.

Fundo pagará pesquisa sobre doenças raras

A reserva de pelo menos 30% dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa da Saúde para o desenvolvimento de medicamentos, vacinas e terapias para doenças raras ou negligenciadas pela indústria farmacêutica passará a valer depois que os parlamentares rejeitarem o veto ao PLS 231/2012.

O texto altera a Lei 10.332, de 2001, que cria programas de incentivo à pesquisa. Pela norma, o programa recebe 17,5% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre os royalties pagos na transferência de tecnologias, exploração de patentes e marcas e afins. Ao justificar o veto, o Executivo argumentou que, apesar de meritório, a proposta pode “comprometer a exequibilidade do referido fundo e o financiamento/pagamento de projetos e pesquisas em andamento, além de não contribuir, da forma como proposto, para o aumento do interesse do setor privado no tema”. Apesar dos argumentos do governo, senadores e deputados decidiram pela rejeição do veto.

União poderá custear obras de filantrópicas

Três dos 202 dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO — Lei 13.898, de 2019) vetados foram restabelecidos.

Passa a valer o item que autoriza a União a transferir recursos para entidades sem fins lucrativos usarem em obras. O governo argumenta que “a transferência promove o aumento do patrimônio dessas entidades, sem que haja obrigação de continuidade na prestação de serviços”. Outro item permite o uso de recursos de transferências voluntárias para pagar contratos temporários de pessoal em convênios com estados e municípios. Para o Planalto, o pagamento de pessoal com esses recursos viola a Constituição. O último item autoriza a assinatura de convênios e o envio de recursos a municípios de até 50 mil habitantes, mesmo que estejam inadimplentes. O presidente afirma que o dispositivo “contraria o interesse público por subtrair, imotivadamente, relevante medida de finança pública voltada para a responsabilidade na gestão fiscal”.

Funasa deve pagar obras de saneamento de 2018

O presidente Bolsonaro havia vetado texto incluído pelo relator, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), no PLN 27/2019, que autoriza a Funasa a continuar repassando recursos a projetos de saneamento celebrados até 2018, desde que não houvesse ação simultânea com o mesmo objeto financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Agora, com a derrubada do veto, o dispositivo será incluído na lei.

O projeto, que deu origem à Lei 13.897, garantiu o repasse dos recursos dos leilões de petróleo para estados, municípios e Distrito Federal ainda em 2019. No leilão ocorrido no dia 6, o governo esperava arrecadar R\$ 106,5 bilhões. Nesse cenário, os estados dividiriam R\$ 10,8 bilhões, assim como os municípios. Mas, como apenas dois dos quatro blocos foram arrematados, o bônus de assinatura alcançou R\$ 69,96 bilhões. Assim, os estados vão dividir R\$ 5,3 bilhões, e uma fatia equivalente vai para os municípios. A União fica com R\$ 23,7 bilhões.

Diretor do Dnit será avaliado pelo Senado

O governo agora terá que enviar para apreciação do Senado indicações de candidatos à diretoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), vinculado ao Ministério da Infraestrutura. O dispositivo vetado do texto resultante da MP 886/2019, que reestruturou a organização básica do governo federal, foi restabelecido pelos congressistas ontem.

Entre outros pontos, o texto reformulou atribuições da Casa Civil, da Secretaria de Governo e da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI). Um delas estabelece que a SPPI manterá mecanismos de diálogo com as confederações nacionais patronais setoriais, comissões temáticas e frentes parlamentares do Congresso Nacional do setor de infraestrutura, que poderão contribuir com estudos, pesquisas e análises temáticas para subsidiar a tomada de decisões de caráter estratégico para a agenda de infraestrutura do país.



Pedro Franco/Agência Senado

Romário, entre Hermelinda Pedrosa e Lucas Wollmann, preside a reunião na Comissão de Assuntos Sociais

Um em cada nove brasileiros tem diabetes, aponta debate

Segundo convidados da Comissão de Assuntos Sociais, o país ocupa o quinto lugar no ranking mundial da doença e muitos doentes estão com as taxas descontroladas. Norte e Nordeste têm quadro pior

O ATUAL NÚMERO de 463 milhões de diabéticos no mundo deverá aumentar em 51% até 2045, passando para 700 milhões, segundo especialistas que participaram de audiência ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O debate sobre a prevenção do diabetes e o acesso aos tratamentos da doença atendeu requerimento dos senadores Jorge Kajuru (Cidadania-GO) e Romário (Podemos-RJ), que preside o colegiado.

Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes, Hermelinda Pedrosa ressaltou que um em cada nove brasileiros tem diabetes e que o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial da doença.

— Há um desequilíbrio no controle. Apenas 10% dos pacientes com diabetes tipo 1 estão dentro das metas. Esse é um dado funesto, porque traz outra série de complicações. Os estados do Norte e Nordeste têm um quadro muito pior — destacou.

Representando a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica, o médico Fábio Viegas informou que

69,3% do total de mortes no Brasil são atribuídas a doenças crônicas não transmissíveis, entre elas o diabetes, que corresponde a 5,3%. A despesa anual do Ministério da Saúde com insulinas em 2018 foi de R\$ 338 milhões, e R\$ 96,9 milhões por ano é o custo estimado total de internações devido ao diabetes.

Amputação

Segundo Viegas, em 2018 foram realizadas 30.497 internações com amputações em pacientes diabéticos no país.

— Vejam o impacto que essa doença leva, não somente ao SUS, mas também à saúde suplementar. O paciente com diabetes e com obesidade fica na intersecção de políticas públicas, sem ser diretamente atendido por nenhuma delas — afirmou.

Viegas defendeu que a cirurgia metabólica seja inserida como opção de tratamento do diabetes. Segundo ele, o procedimento é simples e resulta em benefícios para pacientes que não conseguem controlar o tipo 2 da doença. Segundo Fábio, são altas as

chances de remissão da enfermidade com a medida, inclusive em pacientes obesos.

O representante da Associação de Diabetes Juvenil, Heithor Zanini, frisou a importância da campanha Novembro Azul no combate ao diabetes e da sanção da Lei 13.895/2019, que institui a Política Nacional de Prevenção ao Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética. Zanini disse, no entanto, que ainda é necessário melhorar as políticas públicas. Ele sugeriu, por exemplo, que a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias ao SUS passe por uma reformulação e tenha representantes de cada secretaria do Ministério da Saúde.

O diretor de Programa da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, Lucas Wollmann, afirmou que há medicamentos para tratamento do diabetes disponíveis no SUS. O intuito do governo, de acordo com ele, é dar transparência e clareza nas informações e orientar melhor a sociedade sobre os serviços.

Isenção de ICMS para templos terá urgência

O Plenário do Senado aprovou ontem regime de urgência para o projeto que isenta templos religiosos e entidades beneficentes da cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Segundo o presidente

da Casa, Davi Alcolumbre, o PLP 55/2019 já deve constar da Ordem do Dia da terça-feira.

O projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi relatado pelo senador Irajá (PSD-TO), na terça-feira. O texto prorroga

por 15 anos, contados a partir de 2017, a possibilidade de os estados darem isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais a essas instituições. O benefício fiscal para essas entidades havia sido extinto em dezembro de 2018.

Senadores querem priorizar texto da Casa sobre 2ª instância

Um grupo de senadores não concordou com a decisão de líderes de dar prioridade à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 199/2019, sobre a possibilidade de prisão em segunda instância, que está na Câmara, em detrimento do Projeto de Lei do Senado (PLS) 166/2018, que trata do mesmo assunto e está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Eles afirmaram que vão lutar pelo andamento do projeto na CCJ.

Para o grupo, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de interromper a possibilidade de prisão em segunda instância comprometeu a segurança jurídica e o combate à criminalidade e à corrupção. Por isso, na visão deles, o Congresso precisa dar uma resposta célere à sociedade. A rapidez, no entanto, não é possível com a aprovação de uma PEC, que tem uma tramitação mais demorada se comparada a um projeto de lei, como explicou a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA).

Alessandro Vieira (Cida-

dania-SE) disse que o texto do Senado não apresenta nenhum tipo de dificuldade ou antijuridicidade.

— O Senado tem que fazer o seu dever de legislar, assim como a Câmara. Quando a PEC chegar aqui, vai ter todo o apoio.

Alvaro Dias (Podemos-PR) anunciou que deputados e senadores devem instalar a Frente Parlamentar Mista de Defesa da Prisão em Segunda Instância, com o objetivo de fiscalizar tanto o andamento da PEC, na Câmara, quanto do projeto, no Senado.

Mara Gabrilli (PSDB-SP) destacou que o Congresso não pode permitir que a impunidade reine no país e Flávio Arns (Rede-PR) afirmou que a sociedade espera uma resposta do Congresso:

— Temos a obrigação de tratar o tema como prioridade. Por isso, estou apoiando a frente parlamentar mista que está sendo criada para fortalecer o movimento político de senadores e deputados que querem a aprovação desse tema com urgência.

PEC da Mobilidade passa por sessão de discussão e avança

Destinada a incluir a mobilidade e a acessibilidade entre os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 19/2014 passou ontem pela primeira sessão de discussão em segundo turno no Plenário do Senado. A proposta havia sido aprovada em primeiro turno no fim de outubro.

A PEC original, do senador Paulo Paim (PT-RS), acrescenta as citações ao caput do artigo 5º da Constituição, mas uma emenda sugerida pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) e acatada pelo relator, senador Raulo Rodrigues (Rede-AP), posicionou-as entre os mais de 70 incisos, local por eles considerado mais adequado.

O caput (o enunciado do artigo) deve ser e permanecer genérico, disse o relator.

Hoje, o caput do artigo 5º garante a “inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

De acordo com Paim, não há na Constituição uma menção explícita ao direito de mobilidade e acessibilidade para a realização de atividades corriqueiras. Raulo concordou que mobilidade e acessibilidade são direitos importantes para a vida em sociedade e merecem ser expressamente protegidos por meio da Carta.

Se for aprovada pelos senadores, a PEC será enviada para a análise da Câmara dos Deputados.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário:
 Marcos do Val, Weverton,
 Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Diplomata quer ajudar Haiti a superar crise

Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem o nome de Marcelo Baumbach para assumir a embaixada brasileira no país caribenho. Indicação vai para o Plenário

O HAITI VIVE hoje mais um quadro de crise profunda em sua história, já marcada por séculos de miséria, ditaduras e desastres naturais. Esse foi o quadro apresentado por Marcelo Baumbach, ministro de primeira classe do quadro de diplomatas do Itamaraty, na sabatina de ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE), quando teve seu nome aprovado para chefiar a embaixada brasileira naquele país.

— Na prática, o governo do Haiti [presidido por Jovenel Moïse] perdeu as condições de governar, está paralisado. Isso aconteceu após o massacre na favela de La Saline, quando 71 pessoas foram mortas há cerca de um ano durante protestos contra o governo. O Congresso não dá mais respaldo a Moïse, e o governo simplesmente não funciona. As escolas estão fechadas e há protestos praticamente todos os dias. Moïse ainda tem mais dois anos de



Indicação de Baumbach foi aprovada em sabatina dirigida por Nelsinho

mandato, mas os apelos para que renuncie não param. O diplomata explicou que o Brasil aderiu ao Core Group, que busca saída política para mais uma crise no Haiti. Também fazem parte do grupo Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França e Espanha.

Baumbach também disse que, uma vez na função, espera atrair mais investimentos de

empresas brasileiras para o Haiti. Ele garante que a nação caribenha possui potencial agrícola, tanto que já estabeleceu parcerias com a Embrapa.

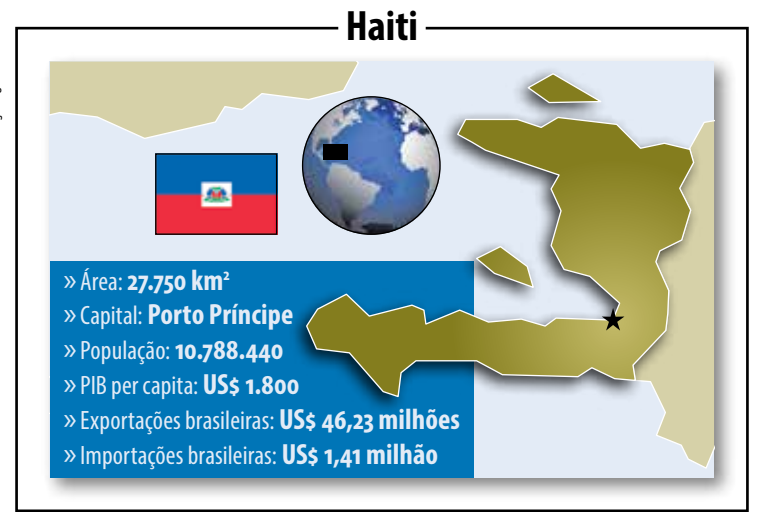
Baumbach explicou que o estopim da atual crise política foi o aprofundamento da crise econômica nos anos recentes. A inflação disparou e quase toda a população enfrenta dificuldades para adquirir

itens básicos. Some-se a esse quadro a opção de Moïse por uma política marcada pela austeridade fiscal, que até o momento não surtiu efeito.

— Cinquenta e oito por cento do povo haitiano sobrevive hoje com menos de US\$ 2,40 por dia. Além disso, outros 25% estão abaixo da linha da miséria absoluta, com uma média de US\$ 1,33 por dia.

Foi depois que o governo decretou um aumento de 50% no preço dos combustíveis que os protestos explodiram no ano passado, selando a sorte da atual gestão — avaliou.

O parecer sobre a indicação de Baumbach (MSF 81/2019) aprovado pela CRE, elaborado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), segue agora ao Plenário do Senado.



Fonte: CIA World Factbook e Ministério da Economia

Reestruturação da carreira militar será votada na terça-feira em colegiado

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Nelsinho Trad (PSD-MS), marcou para terça-feira a votação do projeto que reestrutura a carreira militar. O PL 1.645/2019 estende os sistemas de seguridade social para as polícias militares e os corpos de bombeiros estaduais. Nelsinho e Major Olímpio (PSL-SP) informaram que a intenção do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, é votar a proposta já na terça-feira à noite no Plenário.

O relator, Arolde de Oliveira (PSD-RJ), leu ontem seu parecer na CRE. Ele admitiu que segmentos da carreira especialmente as baixas patentes, estão insatisfeitos com o pro-

jecto. Mas optou, pelo menos por enquanto, por manter o texto como veio da Câmara.

— Esta reestruturação determina reajustes em soldos e adicionais já a partir de 1º de janeiro de 2020, então precisa ser aprovada ainda este ano.

O vice-líder do governo, Izalci Lucas (PSDB-DF), vem realizando gestões para que Bolsonaro receba uma comitiva de senadores até terça-feira, em busca de uma solução.

Citando um estudo dos Ministérios da Economia e da Defesa, Arolde destacou que a reestruturação já proporcionará uma economia de R\$ 2,29 bilhões até 2022. Ele citou também estudo do Ipea apontando que os estados



Relator, Arolde espera um superávit de R\$ 2,29 bi para a União até 2022

devem economizar quase R\$ 100 bilhões em aposentadorias nos próximos 20 anos.

O texto cria o Adicional de Compensação de Disponibilidade Militar, relativo à

disponibilidade permanente e à dedicação exclusiva. Esse adicional será maior quanto maior for a patente do militar, tanto para oficiais quanto para praças. Varia de 5% para mili-

tares em início de carreira, a 32% para os que estão no final dela. Para os oficiais-generais, vai de 35% a 41%.

A proposta prevê reajustes anuais até 2023 nos percentuais do Adicional de Habilitação, que serão incorporados aos soldos. O texto ainda trata de gratificações de representação, auxílio-transporte e ajudas de custo. Ativos, inativos e pensionistas passarão a recolher 14% nos proventos para o sistema de seguridade. O texto ainda aumenta o tempo mínimo de serviço para aposentadoria de 30 para 35 anos e reduz o rol de dependentes e pensionistas. A permanência em cada posto também ficará mais longa.

Comissões adiam votação de projeto que facilita venda de terras a estrangeiros

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura (CRA) adiaram a votação do projeto que facilita a aquisição de terras por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. O PL 2.963/2019 estava pronto para a votação, com voto favorável do relator, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), mas recebeu voto em separado pela rejeição de Jaques Wagner (PT-BA) e, durante a discussão, os senadores concordaram em aprimorar o relatório.

Jaques Wagner argumentou que o cumprimento da função social da propriedade pelos estrangeiros que adquiram terra no Brasil, embora seja premissa indispensável, é insuficiente para garantir

a segurança alimentar e a soberania territorial do país.

O relator afirmou que estudou muito o projeto e disse que a terra, diferentemente de outros recursos naturais, como minérios e petróleo, ficará sempre no Brasil e estará submetida a regras para corrigir seu mau uso.

— Eu considero [o projeto]

algo inovador, algo inteligente, de permitir que haja esses investimentos. E aqueles que queiram produzir, que sejam estrangeiros, que venham, que sejam bem-vindos ao Brasil.

Jaques Wagner salientou que não é contra a aquisição de terras por estrangeiros, mas que é preciso vincular essa venda a critérios que possam

desenvolver o país. Ele citou o exemplo de um grupo de chineses que, recentemente, queria comprar 20 mil hectares de terras na Bahia apenas para plantar soja e exportar.

Para o senador, seria importante aperfeiçoar o projeto para que os estrangeiros desenvolvessem a indústria e a tecnologia em torno das

commodities.

Jayme Campos (DEM-MT), Omar Aziz (PSD-AM), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Zenaide Maia (Pros-RN) concordaram com Wagner, embora todos sejam favoráveis ao projeto. O autor da proposta, Irajá (PSD-TO), disse que concorda com melhorias mas lembrou que não se pode pensar apenas nos grandes investidores.

— Como é que nós vamos exigir, por exemplo, de um investidor que vai lá plantar milho em mil hectares, que ele tenha que fazer uma fábrica para poder processar isso, para poder vender? Então, nós precisamos ter bom senso e poder discernir o joio do trigo.



O presidente da CAE, Omar Aziz, fala observado por Soraya Thronicke, presidente da CRA, e Irajá, autor do texto

Fake news atacam instituições, aponta debate

Relatora da CPI mista, deputada Lídice da Mata disse que depoimentos de ontem confirmam que plataformas como WhatsApp e Twitter podem rastrear notícias falsas

A DIVULGAÇÃO DE notícias falsas não ocorreu somente a partir das eleições de 2018, mas desde o pleito de 2014, e vem se intensificando de forma bastante significativa, gerando uma sombra preocupante em relação às instituições do país e ao processo democrático. O alerta foi feito ontem pelo diretor de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, Marco Aurélio Ruediger.

Em exposição na CPI Mista das Fake News, Ruediger explicou que a disseminação de notícias falsas envolve não só um processo de desinformação organizada, mas um convencimento em massa de percepções que visa distorcer e quebrar a credibilidade do processo político e das instituições.

De acordo com Ruediger, há uma estrutura sistêmica de integração de várias plataformas a partir do disparo em massa de notícias, complementado por uma comunidade de influenciadores que cooperam com esse sistema.

— O impacto disso é a distorção brutal da informação, um processo de difamação e destruição de reputações consistentemente planejado e a quebra de confiança nas instituições — afirmou.

Ruediger ressaltou que, a partir da quebra de confiança, trafega-se no niilismo (pessimismo e ceticismo descrente) absoluto em relação às instituições e pactos sociais, abrindo espaço para qualquer tipo de aventura e proposta antagônica à própria democracia.

— Vivemos um momento extremamente complexo, que exige do aparato institucional e cívico uma atenção muito grande, sobretudo quando se aproximam as eleições de 2020 — afirmou.

O pesquisador disse que perfis usam robôs “maliciosos”, totalmente automatizados, que influenciam não só as pessoas, mas também outros robôs, que replicam a disseminação de informações falsas, repassadas sucessivamente

pelos pessoas, gerando uma “onda de impacto”. Ruediger ressaltou que o processo de polarização é acentuado pela avalanche de informações em tempo real “sete dias por semana e 24 horas por dia, radicalizando o processo”.

— Há perfis ligados ao campo de direita e de esquerda, há robôs funcionando no debate contínuo hoje, que não se limita somente às eleições.

Financiamento

Para as eleições de 2020, Ruediger sugeriu a adoção de transparência no financiamento com dinheiro público, a responsabilização das plataformas, a análise dos algoritmos e a proteção de dados.

— A gente tem lei de proteção de dados e ela tem que

ser levada a sério, e está demorando muito tempo para isso — concluiu o pesquisador, referindo-se à Lei 13.709, de 2018.

Na mesma reunião, a CPI ouviu o coordenador do Laboratório de Pesquisa em Tecnologia de Inspeção da PUC-RJ, Miguel de Andrade Freitas. Ele é autor de um relatório encaminhado à Procuradoria-Geral da República em novembro de 2018, no qual aponta meios técnicos para chegar aos autores dos disparos em massa de fake news, via WhatsApp, em campanhas eleitorais recentes.

Freitas destacou que o caminho das postagens escritas é diferente do caminho percorrido pelas mídias postadas nos aplicativos, a exemplo dos vídeos. Também destacou que

o Marco Civil da Internet (Lei 12.965, de 2014) estabelece que os provedores são obrigados a manter o registro de acesso das mensagens por seis meses.

— Não vejo motivos técnicos para que o WhatsApp seja desobrigado a cumprir com o marco. Há um empoderamento do usuário em garantir a sua privacidade, talvez para combater o acesso em massa pelo Estado.

Freitas sugeriu à CPI propor às empresas responsáveis pelos aplicativos maior colaboração para que, dentro dos limites tecnológicos, possam contribuir com as investigações previstas em lei.

Rastreamento

Relatora da CPI, a deputada Lídice da Mata (PSB-BA) disse que os dois depoimentos confirmam, pela primeira vez, a possibilidade de rastreamento de notícias falsas pelas próprias plataformas, como o WhatsApp e o Twitter.

— Esse rastreamento pode ser feito através das próprias empresas. Elas devem ser estimuladas a fazer isso porque têm condições técnicas de viabilizar isso. Essas empresas devem ser instadas a fazer isso quando a Justiça determinar — afirmou a parlamentar.



Marco Ruediger, a relatora, deputada Lídice da Mata, o presidente da CPMI, Angelo Coronel, e Miguel Freitas

Para convidados, só educação combate notícia falsa

A educação é a única forma de interromper o ciclo de disseminação de fake news, disseram ontem os especialistas que participaram de audiência pública sobre o tema na Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CE). Segundo os convidados, não interromper o ciclo de desinformação pode levar a segregação social e representar até mesmo risco à democracia.

Segundo pesquisa do Instituto Ipsos, 62% dos brasileiros acreditam em rumores e em conteúdos falsos, o que os torna vulneráveis às notícias falsas. Esse cenário, segundo o gerente do Laboratório de Educação da Fundação Roberto Marinho, João Alegria, é resultado da baixa qualidade de ensino.

— Os brasileiros têm dificuldade de assimilação por causa do seu baixo repertório de conhecimento, pela pouca fluência alfabética, especialmente, quanto aos códigos atuais de cultura digital.

Por isso, proibir a circulação de notícias falsas não resolveria o problema, alertou a presidente do Instituto Palavra Aberta, Patricia Blanco. Para ela, a desinformação é uma

questão de entendimento social e é preciso promover uma educação na qual sejam desenvolvidas as habilidades de duvidar, de elaborar hipóteses, de investigar e de produzir sínteses.

O primeiro passo para essa solução foi a inclusão da educação midiática na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), explicou Patricia. Agora é possível abordar em sala de aula questões inerentes ao século 21 que incluem conhecimento, habilidades, atitudes e valores essenciais a respeito da informação digital, disse.

— O que a gente espera do aluno educado midiaticamente é que ele saiba analisar, que ele saiba compreender, acessar e aplicar esse conhecimento

no seu dia a dia e que saiba criar.

Codiretor da Aliança Global em Mídia e Educação da Unesco, Alexandre Le Voci Sayad afirmou que o fenômeno das fake news (ou da desinformação, termo adotado pela Unesco e que ele considera mais amplo e adequado ao problema) exige atuação inter-setorial, envolvendo governos, universidades, pesquisadores e veículos de comunicação. Mas a área da educação e a preparação dos alunos nas escolas, com a inclusão da educação midiática na BNCC, ressaltou, é uma abordagem essencial no enfrentamento do fenômeno.

A coordenadora de Campanhas da Avaaz, Laura Moraes, também participou do debate.



Patricia defende educação midiática em audiência dirigida por Arns (D)

Comissão discute hoje proposta de Estatuto da Segurança Privada

A Comissão de Fiscalização e Controle discute hoje o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto do ex-senador Marcelo Crivella que cria o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras (SCD 6/2016).

O pedido de audiência é de Izalci Lucas (PSDB-DF) e de Major Olimpio (PSL-SP) e visa instruir a votação da proposta relatada por Randolfe Rodrigues (Rede-AP) sob a ótica dos direitos humanos.

Segundo Izalci, a segurança pública é um direito fundamental e, por isso, deve ser provida pelo Estado. Ela é, então, um dever da coletividade à qual as atividades da segurança privada está integrada.

Foram convidados o professor Fernando Facury Scaff, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; o professor Arthur Barriobueno, da Fundação Getúlio Vargas; o presidente da Federação Pan-Americana de Seguridade Privada, José Jacobson Neto; o sócio-proprietário da Federal

Segurança e Transporte de Valores, Edson Ricardo de Araújo; a presidente da Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança, Selma Crusco Migliori; e o secretário-executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, Elias Jordão.

A proposta disciplina o funcionamento de empresas e a fiscalização, pela Polícia Federal, dos serviços de segurança privada e do plano de segurança em dependências de instituições financeiras. O texto também trata das escolas de formação; do uso de produtos controlados, armas de fogo e de menor potencial ofensivo; da prestação do serviço em espaços de uso comum, nos transportes coletivos, prisões, portos e aeroportos, estabelecimentos públicos e privados e áreas públicas; dos requisitos para exercício profissional; e do direito a seguro de vida, assistência jurídica, jornada de trabalho e piso salarial dos profissionais.